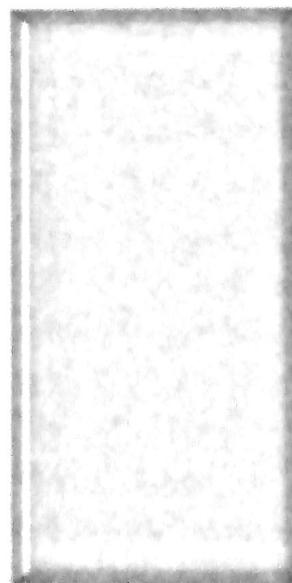


Sueli Aparecida Freire (\*)  
Cinara Sommerhalder (\*\*)

## *Velhice e pós-modernidade*

(\*)Psicóloga, docente da Universidade Federal de Uberlândia, doutoranda em Psicologia Educacional pela UNICAMP.

(\*\*)Psicóloga, mestranda em Gerontologia pela UNICAMP.



**RESUMO**

Este artigo analisa a velhice na pós-modernidade, período caracterizado por mudanças aceleradas, confiança em sistemas abstratos e pela globalização. Discute a incerteza em relação ao futuro e seu efeito sobre o envelhecimento na atualidade

**ABSTRACT**

*This article analyses ageing in the period of post-modernity characterized by rapid change, confidence in abstract systems and globalization. It discusses uncertainty about the future and its effect on aging at the present time.*

Na atualidade, vivemos um tempo de mudanças sociais e econômicas, uma época de grandes afirmações científicas ao lado de grandes incertezas e inseguranças que afetam o indivíduo e as relações entre as pessoas. É, também, uma época de grandes oportunidades em relação a diversos aspectos e em diferentes áreas. Se, por um lado, um amplo leque de opções é apanágio da liberdade de escolhas, por outro, a meta tão almejada pode transformar-se em fonte de angústia. Qual é a melhor escolha a ser feita, qual a que trará maiores benefícios, maior satisfação? É nesse contexto de grandes oportunidades, incertezas em relação a escolhas e transformações da vida na sociedade moderna que discutiremos a velhice e o processo de envelhecimento.

O termo modernidade refere-se a um estilo, costume de vida e organização social que emergiu na Europa, a partir do século XVII, e teve influência mundial. Para o período final do século XX, época de transição, que vai além da própria modernidade, diversos termos têm sido sugeridos como "sociedade da informação", "sociedade de consumo", "pós-modernidade", "sociedade pós-industrial"; estes últimos sugerindo que um estado de coisas precedentes está próximo de um encerramento, de uma transformação.

Para Giddens (1991), em vez de um período de pós-modernidade, estamos chegando a uma época onde as conseqüências da modernidade estão mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Esse período pode ser identificado por características como: a) o ritmo extremamente rápido de mudança; b) o escopo da mudança (à medida que diferentes áreas são postas em interconexão, verdadeiras ondas de transformação social percorrem toda a superfície da Terra); c) a natureza intrínseca das instituições modernas (algumas formas sociais são bastante diferentes das existentes nos períodos históricos precedentes e outras, aparentemente, são uma continuidade de ordens sociais preexistentes).

Outra característica deste período de transformação é a relação que os indivíduos e a sociedade estabelecem com a confiança. Esse termo aparece com freqüência na linguagem comum e pode ser definido como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um conjunto de resultados ou eventos. Essa crença expressa fé na probidade ou amor de um outro ou na correção de princípios abstratos (o conhecimento técnico). Na modernidade, a confiança existe num contexto de consciência de que a atividade humana é criada socialmente e onde o conceito de risco substitui o de acaso. O que é visto como risco aceitável (minimização do perigo) varia em diferentes contextos e é fundamental para a manutenção da con-

fiança. A experiência de segurança baseia-se num equilíbrio entre confiança e risco aceitável.

Dois tipos de confiança são necessários neste período: a) a confiança em sistemas abstratos, que envolve fé no funcionamento de um conhecimento em relação ao qual o leigo é ignorante, um conhecimento pertencente a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social (um exemplo de sistema de excelência técnica é o conjunto de especialistas que atuam na área da Gerontologia); b) a confiança em pessoas ("compromisso pessoal"), na qual são solicitados indicadores da integridade de outros. Os sistemas abstratos proporcionam uma segurança na vida cotidiana, que estava ausente no período pré-moderno, e a confiança nesses sistemas é condição das áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem.

Tendo destacado tais aspectos sobre a modernidade, vejamos o que Giddens diz sobre o período que se segue à modernidade, também chamado de pós-modernidade (ou modernidade reflexiva). Trata-se de um período distinto do anterior devido à trajetória do desenvolvimento social que nos tirou das instituições da modernidade rumo a um novo tipo de ordem social. Em geral, estamos nos referindo ao período em que não se pode conhecer nada com certeza (todos os fundamentos preexistentes da epistemologia revelaram-se sem credibilidade); não se pode defender nenhuma versão de progresso (a história é destituída de teleologia); e em que há o surgimento de uma nova agenda social e política (com a preeminência de preocupações ecológicas e de novos movimentos sociais).

Um dos pontos principais desse novo período é a globalização, isto é, o processo de alongamento das modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais que se espalham através da superfície da Terra como um todo. Esse processo introduz novas formas de interdependência mundial, criando novas formas de risco e perigo e, ao mesmo tempo, promovendo possibilidades de segurança global. Há uma intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrem a milhares de quilômetros de distância, e vice-versa.

Na atualidade, poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas e até determinadas por acontecimentos ou organismos distantes. Ex.: as flutuações do mercado econômico internacional afetando direta-

mente as transações na bolsa de valores de um país determinado e interferindo na vida de cada indivíduo.

O outro lado da moeda é menos evidente, mas tão significativo quanto o anterior. Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem conseqüências globais. Ex.: a decisão de uma pessoa de comprar um móvel tem implicações globais; afeta a sobrevivência de alguém (como o vendedor que receberá ou não a comissão pela venda ou o fabricante que recuperará ou não o dinheiro aplicado na fabricação do móvel) e pode contribuir para um processo de deterioração ecológica (a extração da madeira para a fabricação do móvel, levando, gradativamente, à destruição das florestas) que tem conseqüências potenciais para toda a humanidade.

Neste mundo onde as respostas individuais têm influência sobre aspectos globais, e vice-versa, há a idéia de que o fato de termos maiores informações sobre a natureza e sobre o mundo social leva-nos a ter maior controle sobre eles, controle que funcionaria como a chave da felicidade humana. Com tal controle, a humanidade estaria em posição ativa para fazer história, para orientá-la rumo aos seus ideais. Dessa forma, poder-se-ia determinar o futuro e garantir uma certeza sobre ele. Assim, o conhecimento e o controle estariam relacionados e antecipações do futuro passariam a fazer parte do presente. O mundo social tornou-se organizado de uma maneira consciente, e a natureza moldou-se conforme uma imagem humana. Mas essas circunstâncias criaram incertezas maiores, nunca vistas antes. Ocorre, então, a institucionalização da dúvida.

Diante da incerteza quanto ao futuro, da dúvida institucionalizada, como pode ser discutida a questão da velhice? Como fica a situação do idoso?

Discutir a velhice tem-se tornado atividade corriqueira para a maioria das pessoas que acompanham debates na televisão, reportagens em jornais de grande circulação ou artigos em revistas semanais. É muitas dessas discussões têm como pano de fundo dados demográficos acerca do envelhecimento populacional mundial e da mudança na expectativa de vida, apontando para o aumento proporcional do número de idosos.

Mas, apesar da veiculação dessas informações, parece haver um desconhecimento ou, talvez, descaso das autoridades sobre o significado desse fenômeno em termos sociais e econômicos. Segundo Novaes (1995), apesar dos esforços de associações e sociedades não governamentais, não há um programa sistemático de ações, em âmbito nacional, que possa beneficiar essa população. Também não se atentou para o fato de que no ano 2020, a participação do idoso na sociedade não será a mesma de 30

anos atrás, quando a geração nascida na década de 60 está atingindo a faixa dos setenta anos. Essa geração que impôs sua cultura, seu perfil e seu modo de vida, provavelmente, mudará a imagem que a sociedade tem de velhos, como discute Fuentis (1996).

Mudanças significativas na esfera social e econômica, nas relações intergeracionais, interpersonais e na postura do próprio indivíduo diante do envelhecimento terão que ocorrer. É possível que, com o contrato, direitos e deveres dos cidadãos idosos venham a ser ajustados à nova realidade populacional, e a legislação vigente tenha de ser alterada, ou ampliada e aplicada, como a atual Política Nacional do Idoso.

Com o objetivo de identificar e compreender essas mudanças que permeiam os idosos, estudos na área da Gerontologia têm sido realizados, mas, ainda há muitos aspectos a investigar, a fim de se desenvolverem políticas e propostas adequadas às necessidades do idoso, que sejam viáveis neste tempo de mudanças aceleradas, tanto "época de finalizações" como Lebert (1997) chamou a este final de século e final de milênio segundo ele, mesmo, há, um período de transição no mundo todo, o que pode trazer acontecimentos de desorientação e mal-estar para os idosos em geral e, particularmente dos idosos, insegurança, incerteza e desconhecimento.

As transformações em relação à velhice estão ocorrendo em escala mundial, mas é preciso compreender a situação do idoso no Brasil uma vez que, como afirmam Lima e Vargas (1992), a velhice é uma categoria social construída em cada sociedade com base nos valores de cada uma, e é criada de forma variada de acordo com o contexto social em que está inserida, o que gera a sua grande variabilidade. Pode ser que nas particularidades culturais dos povos - em suas representações - sejam encontradas algumas das estruturas mais estruturais sobre o que é ser geronticamente humano e, particularmente Levert (1978, apud Lebert, 1996), afirma o que é ser idoso. No entanto, a busca dos conceitos universais também pode ser interessante a fim de estabelecermos o que seria universal na situação dos idosos e no tratamento da velhice, independentemente das variações culturais.

No Brasil, com sua grande extensão territorial e diversidade cultural, temos que lidar com uma grande variedade de "velhices" uma vez que as suas representações geram significações particulares em contextos locais, étnicos, sociais e culturais distintos e de a expressão das relações sociais que são então estabelecidas. Mas, apesar dessas "particularidades da velhice" nos países das, não são possíveis desprezar o fato de que existem sub-

metidos à mesma diversidade de influências em diferentes locais do mundo graças aos processos de globalização.

Lenoir (1989) considera que a velhice é uma categoria cuja delimitação resulta do estado de relações de força entre as classes e, em cada classe, de relações entre as gerações, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações. A realidade social é o resultado de todas essas lutas entre gerações e classes sociais. E, enquanto categoria, as pessoas idosas não dispõem de meios sociais nem de instrumentos de acesso à expressão pública. Pertencem ao que Goffman (apud Lenoir) chamou de "categorias estigmáticas" que, incapazes de uma ação coletiva, devem submeter-se a uma organização superior para serem reconhecidas e entendidas como tais. Os representantes das "pessoas idosas" têm sido, sobretudo, os "especialistas" cuja competência é, oficialmente reconhecida e remetida à especialidade científica chamada "gerontologia". Seu trabalho político consiste em designar, oficialmente, e exprimir, legítima e legalmente, as necessidades de cuidados culturais e psicológicos aos idosos. Há a difusão de uma "visão gerontológica" da velhice, que passa a ser aceita por todos, cientistas de outras áreas, políticos e leigos (idosos e não idosos).

Os estudiosos do envelhecimento, atualmente, têm dado uma ênfase preventiva em seus trabalhos, procurando detectar as necessidades e os problemas decorrentes das mudanças da velhice, de forma a criar condições para evitá-los ou atenuá-los. Diversos estudos são realizados, e as conclusões são divulgadas entre cientistas e profissionais que procuram repassá-las à população em geral, contando com a confiança que têm nos especialistas e sistemas peritos para fazê-los seguir determinadas maneiras de se viver bem (tipo de alimentação, quantidade de atividade física, participação social, apoio emocional dado e recebido), a fim de se atingir o bem-estar físico e psicológico.

No entanto, aqueles leigos que seguem os "ensinamentos" dos especialistas, muitas vezes, deparam com informações variadas, até mesmo contraditórias, levando a caminhos diversos, o que gera angústia por não se saber a quem ouvir e seguir. Diante de muitas incertezas, as pessoas acabam desenvolvendo mecanismos para se protegerem do sofrimento gerado, e optam por não fazer nada do que lhe dizem ("Vou fazer do meu jeito. Esse médicos de hoje não entendem nada!") ou fazem tudo o que ouvem, às vezes, seguindo caminhos que podem vir a ser prejudiciais (por exemplo: consultar vários profissionais, que dão orientações diferentes, e fazer tudo o que foi dito).

Quem garantirá, assim, um envelhecimento bem-sucedido? Novamente nos encontramos diante de contradições atuais, pois, numa análise simplista da situação do idoso, muitas vezes ele é apontado como o principal e único responsável pela sua condição de vida e de envelhecimento.

Numa sociedade desvencilhada de ordens sociais tradicionais, mudando constante e rapidamente, onde a confiança em sistemas abstratos é fundamental, e a segurança baseia-se no equilíbrio entre confiança e risco aceitável, viver a velhice pode tornar-se uma experiência profundamente rica ou extremamente ameaçadora.

A sociedade, constantemente, tem reavaliado suas práticas sociais, suas regras e seus recursos em relação à velhice, e os idosos desenvolveram, ao longo de suas vidas, a capacidade de auto-análise, de forma a serem capazes de mudar sua conduta, a partir da compreensão de suas necessidades e desejos bem como os dos outros. No entanto, tudo isso não é garantia para o envelhecimento bem-sucedido e que nem todas as situações, dificuldades e doenças decorrentes do envelhecimento são suficientemente conhecidas nem estão adequadamente controladas. Além disso, nem todos estão conscientemente preparados para envelhecer bem (do ponto de vista biopsicossocial) nem para lidar com os seus idosos.

À incerteza do envelhecimento somam-se a dúvida e a incerteza em relação ao futuro (a determinação do futuro não está sob total controle da humanidade, pois qualquer pequena alteração nos planos, devido à natureza ou aos próprios homens, pode mudar todo o projeto estabelecido). Talvez por essa razão encontremos, hoje, tantas pessoas apresentando sinais de depressão, síndrome de desamparo ou de pânico. Por outro lado e, provavelmente, em decorrência das mesmas causas, podemos encontrar pessoas "tranqüilizadas", ao seguirem religiões, seitas ou sociedades secretas profundamente deterministas e controladoras. Se a tudo isso acrescentarmos as mudanças do envelhecimento (algumas previsíveis e controláveis, outras incertas e sem controle), podemos imaginar os sentimentos e questionamentos daqueles que envelhecem ou que já chegaram à velhice.

Como afirma Giddens, em nível global, a modernidade tornou-se experimental. Todos nós estamos presos em uma grande experiência que está ocorrendo no momento da ação de cada um, como agentes humanos, mas fora do controle de cada um. É algo parecido com uma aventura perigosa da qual cada um, querendo ou não, tem de participar. Uma aventura que poderá chegar a um final desejável (a velhice satisfatória) ou a um fim incerto (a velhice desamparada, desprestigiada e desprezada por todos, idosos e não idosos).

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: EDUNESP, 1997.
2. DEBERT, Guita G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Textos Didáticos**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1(13), mar. 1994, p. 7-30.
3. \_\_\_\_\_. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In BARROS, Myriam M. L. (org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
4. FORETTE, F. **A revolução da longevidade**. São Paulo: Globo, 1998.
5. GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. 2ª. reimpressão. São Paulo: EDUNESP, 1991.
6. LENOIR, R. Object sociologique et problème social. In Champagne, P. et al. (orgs.). **Initiation à la pratique sociologique**. Paris: Dunod, 1989.
7. LIMA, A. P. e VIEGAS, S. M. A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice. **Psicologia**, vol. VI, n. 1, 1983, p. 149-158.
8. NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade**. Conquistas possíveis e rupturas necessárias. Paulo de Frontin, RJ: Grypho, 1995.